



José Barata-Moura
Universidade de Lisboa

CULTURA, EDUCAÇÃO, CIDADANIA

1. Começo por agradecer às entidades organizadoras deste Encontro o honroso convite para proferir esta conferência.

A denominação «conferência» será, porventura, demasiado «pomposa», não tanto pela pertinência da matéria que é suposto tratar, mas pela modéstia das palavras e do pensamento que estarei em condições de alinhar.

Fiquemos, portanto, com a noção de «fala», mais adequada ao discorrer que aqui procurarei apresentar.

O tema que me foi proposto enuncia-se: «Cultura, Educação, Cidadania».

A tentação primeira será dizer que este enunciado engloba tudo. Talvez seja porém mais acertado afirmar que ele constitui um todo.

Efectivamente, tanto de um ponto de vista histórico originário, como de um ponto de vista fundamental de estrutura, subsiste uma unidade sistémica de fundo entre cultura, educação e cidadania. E, porventura, a categoria que sustenta a dinâmica das relações a surpreender será a categoria de cultivo.

Nos alvares da nossa tradição pensante, para os Gregos, como Werner Jaeger magistralmente cuidou de tornar patente num estudo que se tornou clássico, a matriz cultural vem pensada a partir de uma outra entidade formativa, de profunda radicação antropológica e social: a educação, a «paideia» (Βῆ4*,\") o processo ético-artístico-político de constituir o homem livre, que se perfila e afirma pela «excelência» (ἰD,JZ) da sua qualidade e das suas prestações.

Em termos sistemáticos, cultura, educação, cidadania correspondem a modalidades diferenciadas de um trabalho de modelação do ser humano, e da teia social de relacionamentos em que consiste, no sentido de o conduzir tendencialmente ou buscadamente ao desenvolver da sua própria concreção ou plenitude. E este trabalho é um trabalho de cultivo.

2. Ensaieiros, de entrada, uma rápida — e, por isso, acrescidamente polémica — meditação da cultura.

Temos, na verdade, de chamar a nós — humanos — a responsabilidade da cultura, do cultivo da história e do mundo. A cultura é, em certo sentido, um englobante deveniente do opus humanum, da obra humana.

Segundo certos paradigmas — em determinados meios, dominantes — costuma operar-se uma intransponível cisão metafísica entre Natureza e Cultura.

Pela minha parte, e sob a forma de pergunta, gostaria de adiantar uma interpelação mais radical e ontológica.

Constituem os humanos um domínio realmente «à parte» do da Natureza? ou, pelo contrário, sem qualquer perda nem desmerecimento das especificidades que os qualificam como tal, representa a culturalidade do seu genuíno modo de ser a expressão enriquecedora (e transformadora) da sua própria «naturalidade»?

No horizonte, e à luz da unidade material do ser, devém indispensável compreender que os humanos são Natureza, que há uma assunção da Natureza na socialidade humana, e que a própria



«natureza» humana se desdobra em culturalidade — ingrediência e agência do próprio ser. Se este é o marco significativo da cultura, verificamos que ela se não pode circunscrever a entretém de escolares, a obstinação de eruditos, a recreio de diletantes ou a emblema distintivo de «elites». O cultivo do ser — e do nosso ser de humanos — é uma tarefa de vida que em comum partilhamos, que conjuntamente empreendemos, que a todos diz intrinsecamente respeito. Este cultivo é um abrangente trabalho de inscrição de marcas e sinais da nossa humanidade no corpo deveniente das realidades, que assim vão ganhando figura e refigurando-se. É da escritura da história que a cultura fala; é na escritura da história que a cultura se forma; é pela escritura da história que a cultura se justifica. Por outro lado, é também sobre um fundo de cultura que todo o viver se desenha, que os seus sentidos (mesmo quando contraditórios) assomam, que as suas potencialidades tensionais (desafiando e demandando materialização) se perfilam e firmam. A cultura é sempre uma trans-gressão de fronteiras, uma ultrapassagem de limites e de limitações. Por isso, ela convoca, de modo constitutivo, a imaginação e a criatividade. Prospectivamente, a cultura é sempre um trabalho do possível que trans-cende, pro-jecta e prolonga determinações que definem condicionamentos da existência e do existente, desenhando em horizonte caminhos novos de materialização. Tomado pelo ângulo das objectivações em que se plasma, o mundo da cultura é sempre, como património (muito diversificado quanto aos géneros), um precipitado material e simbólico da presença do outro, dos outros, quer como mero testemunho de sinalização de percursos do seu viver, quer como legado deliberadamente constituído como oferta à trans-missão, Em suma, cultiváveis, os homens são seres de cultura. Com efeito, é num horizonte de cultura, e por cultura, que os homens se tornam verdadeiramente humanos. O processo de hominização é, do mesmo passo, um percurso societal de humanização.

3. No quadro do que até aqui acabámos de passar em revista, torna-se, porventura, se não mais fácil, pelo menos mais inteligível, reflectirmos um pouco sobre educação. No entanto, importa recordar ainda algumas linhas de radicalidade de onde arranca esta meditação. Consintam, por isso, uma afirmação que pode parecer demasiado altissonante: o homem não é, faz-se. Significa este enunciado, desde logo, pelo menos, em três direcções: que o ser do homem não se dá no modo do estar; que um acto de construção integra o ser do homem; que o ser (habitado também pelo humano) se encontra empapado de historicidade. A história e o trabalho devêm, assim, constitutivos do modo de ser do homem: porque, nos seus percursos, ele é determinado, determina e se determina. O ser do homem não é uma essência conclusa, pronta, fechada, que no movimento apenas se repete e mostra aquilo que «substancialmente» já é (ou sempre foi). O ser do homem — de cada um de nós, e do género humano que integramos — é a sedimentação em constante refiguração dos itinerários ao longo dos quais, con-vivendo, vai construindo o seu próprio viver. Fazendo, o homem faz-se; mas no seu fazer, e no seu fazer-se, o homem realmente nunca está nem no vazio nadificado nem na solidão absoluta. Fazemos, e fazemo-nos, dentro e de dentro de um sistema muito complexo e deveniente de relacionamentos. E é aqui que entronca a problemática fundamental da educação, como modalidade privilegiada de



uma con-vivência, em que pelo treino e modelação das nossas capacidades e criatividade, nos vamos fazendo humanos, ou nos vamos construindo na humanidade que somos.

De um ponto de vista ontológico — porque é afinal do nosso ser de humanos que se trata —, a educação é o processo relacional, continuado e aberto, de dar forma à condução do nosso viver.

A educação é um processo, é um caminho, algo poeticamente: é uma viagem e uma aventura. No limite, este itinerário coincide com o viver, e com tudo o que dentro e através dele se consubstancia em experiências, conhecimentos, afinação de sensibilidade e de afectos, desafios ao exercício de sondagem dos possíveis. A educação não é obra de um momento, trans-figurador ou milagroso; não dispensa o suor da mediação, a inquietude da crítica, o confronto com a conflitualidade e a contradição.

Esquecemos amiúde que, no processo educativo, quem se educa são os sujeitos da educação; mas os sujeitos da educação educam-se num quadro múltiplo de relações. Daí a relevância forte do ambiente educativo, dos conteúdos educativos, e de toda a mediação proporcionada e desencadeada pelos diferentes agentes educativos (formais e informais).

Educar é e-duzir, é fazer sair à luz algo de novo — que não apenas está contido numa suposta reserva não trabalhada, mas que no e pelo exercício em que consiste pro-duz algo de diferente.

Talvez não haja maior gratificação para um educador do que assistir ao surgimento enriquecido de novidade no seio do seu grupo de educandos.

É nesta construção e descoberta da identidade através das diferenças que, na verdade, a educação se desenha e ganha estação.

O que de decisivo se opera na educação — embora tantas vezes fique esquecido — é, porém, o conferir de forma à condução do nosso viver.

Educar não é «formatar»: meter dentro de uma «fôrma» ou molde. Educar não é «amestrar»: afeiçoar ao figurino do «mestre», efectuando as piruetas da praxe para corresponder ao que o público espera aplaudir.

Na e pela educação, no entanto, vai ganhando figura o modo concreto como estamos presentes, e activos, na protagonização do nosso viver.

Por isso, a educação é um processo de trabalho do (nosso) ser, continuado e aberto. Continuado, porque é co-extensivo ao percurso vital; aberto, porque é uma constante lida com o leque de possíveis que cada existência adiante de si projecta.

Do ponto de vista político, a educação é tarefa de colectividade — assimetricamente estruturada nas suas componentes: não é apenas o todo (abstracto) que educa, mas, de algum modo, todos somos educadores, educados e educandos.

Sob este ângulo, dentro de um sistema em devir de condições materiais que a transcendem, a educação é um conjunto interactivo de processos formativos que reflectem, moldam, perspectivam e (no limite) transformam a produção e reprodução do nosso viver.

4. Chegados a este ponto, e dados os parâmetros do nosso tema, compete-nos agora uma reflexão breve sobre a cidadania.

A cidadania só pode aparecer à consciência imediata como facto, porque na realidade ela começou por representar um feito. Mais do que dado desde sempre disponível, a cidadania é resultado de uma obra desenvolvida por entre as vicissitudes da história, segundo caminhos de conflitualidade e de luta que, mesmo nos dias de hoje, estão longe de ter desaparecido.

Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, habitantes de burgo e campesinos de extra-muros, súbditos e monarcas, detentores de capital e proletários, brancos e negros, homens e mulheres, fieis e infiéis, gente «respeitável» e marginais, autóctones e migrantes, saciados e desprovidos —



partilharam, ao longo de milénios, relações diferenciadas de inclusão e de exclusão, na categoria (potencialmente agregadora) de «cidadania».

Na verdade, a temática da «cidadania» desenha uma como pantalha onde se projectam com maior ou menor rigor no reflexo — muito em particular, desde a modernidade — as figuras políticas historicamente determinadas da convivência (real ou idealizada) das comunidades humanas.

Ainda nos dias de hoje, a «cidadania» pode ser por alguns sectores brandida como o expedito estandarte para a incorporação desvirtuada do descontentamento, da resistência, e da luta a uma sopa diluente das diferenças, onde, por mistificação pseudo-axiológica, todos passam a desfrutar de um aparente estatuto de «igualdade» abstracta. Desiguais na realidade terrena do seu viver prosaico, todos passam magicamente a «iguais» no céu estrelado da «cidadania».

É claro que também não falta quem — criticando as ilusões deste dualismo insuperado — retire da «cidadania» um outro sentido fundamental que a vincula constitutivamente a um processo social de emancipação humana.

A cidadania não é cousa, nem causa, neutra; a cidadania é ela própria objecto de um combate.

A compreensão e a extensão do conceito de «cidadania» devêm, por isso, desde logo — não apenas na doutrinação política, mas também na prática — terreno de confrontação e de luta, mas igualmente de construção. E essa é certamente uma das tarefas fundamentais da democracia, sobretudo de uma democracia que se pretende avançada em termos comunitários de humanidade.

E aqui podemos integrar dimensões a que já aludimos ao falar de cultura e de educação.

Contrariamente ao que em tempos aconteceu, e ao que alguns ainda teimam em preconizar, cultura e educação não podem ser erigidas em títulos exclusivos de acesso à «cidadania», em pretextos para a circunscrição do seu âmbito à esfera dos «cultos» e dos «educados», segundo os cânones tradicionais vigentes em sociedades determinadas.

Aliás, a própria colocação do problema nestes termos é incorrecta, pois artificial, e artificiosamente, empurra os paladinos da extensão da cidadania para os terrenos pantanosos de uma suposta apologia da ignorância militante e da iliteracia política.

A questão tem de colocar-se noutros termos e noutra tabuleiro: não se trata de simplesmente aceitar facticidades (como inelutáveis), mas de promover dinâmicas de transformação.

A qualidade da cidadania, no concreto das suas manifestações, não é indiferente nem ao estágio de desenvolvimento social de uma cultura nem ao grau de maturidade social média da educação. Formulado de uma outra maneira: a cultura enriquece as determinações da cidadania e a cidadania exerce-se como um cultivo.

O horizonte, a um tempo, fundante e mediador destas tarefas é um trabalho de humanidade.

Um povo culto, realmente culto, não sofrerá sem combate a persistência pegajosa de formas pobres de afirmação cidadã, até porque do cultivo da sua humanidade faz certamente parte um enriquecimento das suas exigências cívicas de emancipação.

Não só no plano teórico e doutrinal, mas sobretudo no campo político prático, a cidadania não é um predicado genérico ou um atributo genético, que insuspeitadamente se herde ou carregue.

Na sua realidade efectiva (a única que autoriza o uso legítimo da designação), a cidadania é, fundamentalmente, um exercício de cura e de tomada a cargo da socialidade concreta que se constitui, organiza e faz funcionar.

Os decretos podem outorgar cidadania, mas ser-se cidadão não dispensa um activo empenhamento próprio. Daí a importância realmente vital, mais do que de uma educação para a cidadania, de uma educação em e na cidadania.

A nossa condição de humanos impõe-nos, por assim dizer, uma destinação: inscrever no corpo



deveniente das realidades o cunho, o selo, da nossa humanidade.

Talvez por aqui passe o segredo do viver.

Cumprimos este destino — que não é fado, nem sina — na e pela cultura. Na protagonização dessa cultura pulsa a condução (em processos de educação formada) que imprimimos ao viver; à materialização dessa cultura não é indiferente a profundidade e o alcance em que a dimensão da cidadania se afirma e constrói.

Na radicalidade com que procurei pensar, estivemos sempre a falar de ontologia: do que fazemos ao ser de que somos ingrediência, do ser que somos e do que com ele fazemos, de como por cidadania se vai cultivando (e transformando) o real.

Se o critério da verdade consiste numa feitura, não abduquemos da responsabilidade (cultural, educativa, e cidadã, individual e colectiva) de fazermos, no presente, a verdade do futuro.

Não esgotei o tema, mas decerto esgotei a vossa paciência.

Muito obrigado pela atenção.

Lisboa, Novembro 2004